

Disciplina: Estado Desenvolvimentista e nova governança pública no Brasil do século XXI: análise das transformações do direito administrativo sob a ótica do <i>Law and Development</i>		Curso: Mestrado/Doutorado Faculdade de Direito - USP
1º Semestre de 2017 - Terças-feiras 8h30/12h30	Carga horária semanal: 8 hrs	Turmas: única
Nome do Professor: Prof. Dr. Gustavo Justino de Oliveira - Departamento de Direito do Estado-DES		

PROGRAMAÇÃO DO MÓDULO 02

Estado Desenvolvimentista, nova governança pública e o Direito Administrativo

Aula	Dia	Assunto
7	25/04	Tema: <i>Law and Development</i> e o Direito Administrativo hoje - (<i>reposição da aula de 04/04</i>) Leitura obrigatória: - LOPREATO, F. L. C. (2015). Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. IPEA, Texto para Discussão n. 2039, Rio de Janeiro. 44p. - TREBILCOCK, Michael J.; MOTA PRADO, Mariana. (2012). What makes poor countries poor? Institutional determinants of development. New York, Edward Elgar Publishing. pp. 163-223; 267-274. - SUNDFELD, Carlos Ari. (2014). Direito administrativo para céticos. 2. ed. São Paulo: Malheiros, pp. 55-72. - HACHEN, Daniel Wunden. Administração pública inclusiva, igualdade e desenvolvimento: o direito administrativo brasileiro rumo à atuação estatal para além do mínimo existencial. In: MARRARA, Thiago (Org.). Direito administrativo: transformações e tendências. Coimbra: Almedina, 2014. p. 429-460. Leitura facultativa: - MEDAUAR, Odete (2017). O direito administrativo em evolução. 3. ed. Brasília, Gazeta Jurídica, pp. 385-413. - CINTRA GUIMARÃES, Guilherme Francisco Alfredo. (2012). Public administration, law and development in Brazil: building legally sustainable public policies for an inclusionary state. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colombia, 30 oct-2 nov Seminário 1: BNDES no Governo Temer: uma agência de fomento prol desenvolvimento?
8	02/05	Tema: A trajetória do desenvolvimento: marcas do colonialismo, do subdesenvolvimento, das desigualdades e o advento do <i>Welfare State</i> Leitura obrigatória: - Valor Econômico, 03.02.2017, Entrevista: Erik Reinert, autor do livro “<i>Como os países ricos ficaram ricos ...e por que os países pobres continuam pobres</i>”. p. 14-16. - SALOMÃO FILHO, Calixto (2015). Monopolies and underdevelopment: from colonial past to global reality. Cheltenham, UK: Edward Elgar EE, p. 53-63; 79-89. - KERSTENETZKY, Celia Lessa (2011). Welfare State e desenvolvimento. Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 1, p. 129-156. - BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2016). Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. Revista de Economia Política 36 (2), p. 237-265. - TRUBEK, David. A coruja e o gatinho: há futuro para o “direito e desenvolvimento”? (2009). In: RODRIGUES, José Rodrigo (org.). O novo direito do desenvolvimento: presente, passado e futuro. São Paulo: Saraiva, p. 217-225. - COUTINHO, Diogo. R. (2009). Direito, desenvolvimento e desigualdade: a dimensão jurídica de políticas sociais. Tese de livre docência. FADUSP. p. 147-192. Seminário 2: Política Nacional de conteúdo local para o gás e petróleo: pertinência e necessidade sob a ótica desenvolvimentista
9	09/05	Tema: Estado Desenvolvimentista: bases, modelos e perspectiva histórica Leitura obrigatória: - CHANG, Ha-Joon. (2003). Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, p. 127-149; 207-232. - JOHNSON, Chalmers. (1999). The Developmental State: odyssey of a concept. In: WOO-CUMINGS, Meredith (ed.). The Developmental State. Cornell, CA: Cornell University Press, p. 32-60. - EVANS, Peter. O Estado como problema e solução (1992). Lua Nova 28/29, p. 107-156. - EVANS, Peter. Embedded Autonomy: states and industrial transformation (1995). Princeton, NJ: Princeton University Press, p. 3-20; 43-73; 74-98; 227-250.

		- WHITE, Gordon. Constructing a Democratic Developmental State. (2002). ____; ROBINSON, Mark. (org.) The Democratic Developmental State: political and institutional design. Oxford: Oxford University Press, p. 17-51. Leitura facultativa: - NAPOLITANO, Giulio. (2008). Il nuovo Stato Salvatore: strumenti di intervento e assetti istituzionali. Giornale di Diritto Amministrativo n. 11/2008, p. 1083-1094. Seminário 3: Plano Nacional de Saúde (2016-2019): transversalidade e exequibilidade das ações e metas e os impactos no desenvolvimento (IDH, principalmente), considerando as óticas estatista, participacionista e colaborativa (público-privada e privada)
10	16/05	Tema: Estado Desenvolvimentista no Brasil contemporâneo: problemática e reflexões Leitura obrigatória: - BRASIL. PMDB. (2015). Uma ponte para o futuro Fundação Ulysses Guimarães. 19p. - SCHNEIDER, Ben Ross. (2014). O Estado Desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas. In: GOMIDE, Alexandre de A. et al (ed.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas, Brasília: IPEA, p. 31-56. - PORTO, Claudio; FONTES, Adriana (2014). Oportunidades e desafios para um novo ciclo de desenvolvimento do Brasil: uma agenda para o médio prazo. In: Propostas para o Governo 2015/2018. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 33-57. - KERSTENETZKY, C. L. (2014). The Brazilian Social Developmental State: a progressive agenda in a (still) conservative political society. In: WILLIAMS, Michelle (editor), The end of the Developmental State? New York, Routledge. - EVANS, Peter (2005). Harnessing the State: rebalancing strategies for monitoring and motivation. In LANGE, Matthew et al (ed.). States and Development: historical antecedents of stagnation and advance, New York, Palgrave Macmillan. p. 26-47. - DINIZ, E. (2013). Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 47, pp. 09-20. Seminário 4: Plano Nacional do Saneamento Básico (2014-2033): exequibilidade das ações e metas e a qualidade da regulação: impacto no desenvolvimento (IDH, principalmente)
11	23/05	Tema: Estado Desenvolvimentista no Brasil II: desenvolvimento deliberativo e avaliação institucional do desenvolvimento Leitura obrigatória: - SANTOS, Priscilla Ribeiro dos. (2014). O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a nova agenda desenvolvimentista no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, n. 65 (2), abr./jun. p. 137-162. - EVANS, P. (2015a). Bringing deliberation into the Developmental State. In HELLER, P.; RAO, V. (Eds), Deliberation and Development: rethinking the role of voice and collective action in Unequal Societies. Washington, DC, World Bank Group. - OLIVEIRA, Gustavo Justino de. (2016). Democratic participation and the process of construction of the Brazilian Developmental State in the 21 st century: a search for deliberative development? 44p. (mimeo) - OLIVEIRA, Gustavo Justino de. (2015). O Programa Minha casa, minha vida, 2009-2014 e a participação democrática dos movimentos e organizações sociais: impacto na inclusão social por meio da efetivação do direito à moradia. 28p. (mimeo) - MONTE SILVA, Luca; VILAR GUIMARÃES, Patricia Borba (2016). Law and Innovation Policies: na analysis of the mismatch between innovation public policies and their results in Brazil. Law and Development Review, 9(1), p. 95-151. Leitura facultativa: - World Bank (2016), Retaking the path to inclusion, growth and sustainability: Brazil's systematic country diagnostic. Executive Summary Seminário 5: Projeto Crescer e Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Temer: exequibilidade das metas de geração de infraestrutura e impactos no desenvolvimento
12	30/05	Tema: Nova Governança Pública: o que é? Leitura obrigatória: - OLIVEIRA, Gustavo Justino de. (2008). Contrato de gestão. São Paulo: RT, p. 23-42. - OSBORNE, Stephen P. (2010). The (New) Public Governance: a suitable case for treatment? In: _____. (ed.). The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance, New York, Routledge. p. 1-16. - LOBEL, Orly (2004). The renew deal: the fall of regulation and the rise of governance in contemporary legal thought. Minnesota Law Review 89:262, nov. p. 262-292. - World Bank, World Development Report (2017). Governance and the law. Overview. p. 2-37. Leitura facultativa:

		• ONU, Agenda 2030 (2015), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS. Seminário 6: Desenvolvimento sustentável, licenciamento ambiental e grandes empreendimentos públicos: atualidade e prospecção, em face do gargalo infraestrutural e do custo-Brasil
13	06/06	Tema: Nova Governança Pública: inovação ou mais do mesmo? Leitura obrigatória: • LOBEL, Orly (2004). The renew deal: the fall of regulation and the rise of governance in contemporary legal thought. Minnesota Law Review 89:262, nov. p. 293-326. • World Bank, World Development Report (2017). Governance and the law. Part 1. p. 39-108. • BEVIR, Mark (2010). Governança democrática: uma genealogia. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, jun., p. 103-114. Seminário 7: Política Nacional Anticorrupção: realidade ou utopia, inclusive considerando a extinção da CGU? Impactos no desenvolvimento
14	13/06	Tema: Nova Governança Pública: para quem? Leitura obrigatória: • LOBEL, Orly (2004). The renew deal: the fall of regulation and the rise of governance in contemporary legal thought. Minnesota Law Review 89:262, nov. p. 327-390. • World Bank, World Development Report (2017). Governance and the law. Part 2. p. 137-189; Part 3, p. 225-252. Seminário 8: Governança e Integridade nas empresas estatais: funcionalidade e impactos no desenvolvimento
15	20/06	Workshop metodológico e Avaliação Final - 1. Construa uma Proposta de Matriz Metodológica (PMMet), de caráter observacional ou qualitativo, a partir dos fundamentos do <i>Law and Development</i> , para análise das instituições e políticas públicas no Brasil, sob a ótica do desenvolvimentismo e da nova governança pública. 2. Aplique-a ao seu tema objeto de seminário. 3. Extraia, analise e exponha os resultados obtidos, respondendo de modo fundamentado, inclusive a partir de elementos empíricos obtidos para a preparação do seminário, a seguinte indagação: <i>Esta política (ou instituição, ou plano, projeto, programa, ou lei, ou processo, etc) é desenvolvimentista e/ou é construída tendo por referência elementos de nova governança pública? Por quê?</i> 4. Obrigatório utilizar <i>powerpoint</i> (ou similar) para a apresentação, a qual deverá ter entre 10 e 12 min. no máximo.